

“HAVERÁ SEMPRE UMA CAVALARIA”: RESISTÊNCIAS À MECANIZAÇÃO NO EXÉRCITO BRASILEIRO (1937-1972)

ELONIR JOSÉ SAVIAN*

Um olhar superficial sobre a evolução dos exércitos revela um esforço incessante dos militares em aprimorar seus instrumentos de combate, o que levou à substituição de lanças, espadas, clavas e outros armamentos rudimentares por meios bélicos muito mais complexos e letais, como fuzis, canhões e carros de combate.

Seria de se esperar que a adoção de armamentos avançados tecnologicamente fosse bem recebida pelos integrantes de qualquer força armada, pois lhes conferiria um poder de combate superior e melhores condições de obter sucesso em um possível embate. Todavia, em se aprofundando o estudo de instituições militares, percebe-se casos de resistência às inovações. Os samurais, por exemplo, influenciados por arraigada tradição que glorificava o uso da espada, repudiavam o uso de armas de fogo, tidas como incompatíveis com o *ethos* do guerreiro japonês.

O presente estudo tratará de um caso brasileiro, similar ao dos samurais, mais especificamente da resistência de parte da oficialidade à substituição das forças a cavalo (hipomóveis) pelas mecanizadas na Arma de Cavalaria, o que ocorreu com mais intensidade no período de 1937 a 1972. Para tanto, será feito um breve relato do papel normalmente desempenhado pela cavalaria e por outras armas em caso de guerra, tendo-se em vista contribuir para o entendimento de como um exército atua em uma campanha convencional; será demonstrado como o cavalo tornou-se um instrumento de guerra obsoleto; serão verificadas as razões que ocasionaram a resistência à mecanização, e, finalmente, como tal resistência se processou e foi superada.

Desde o surgimento das primeiras civilizações, os exércitos são compostos por tropas especializadas que desempenham missões específicas em combate, tendo em vista contribuir

* Professor de História da Academia Militar das Agulhas Negras. Mestrando em História Social da Universidade Severino Sombra.

para que um objetivo principal comum seja alcançado. Ao se analisar as forças militares romanas da época do militar e político Caio Júlio César (100 a.C - 44 a.C.), constata-se a existência de unidades de infantaria, cavalaria, engenharia e logística.

Os principais exércitos do presente, de acordo com suas especificidades, adotam subdivisões análogas a das antigas forças militares romanas. Destaca-se, porém, a inclusão da artilharia, surgida no final da Idade Média.

Sumariamente, nos dias atuais, tendo-se como referência o Exército Brasileiro, as missões e características básicas dos principais tipos de tropas são as seguintes:²

a) cavalaria: realizar ações de reconhecimento com o objetivo de explorar uma área em busca de informações; ações de segurança tendo em vista dar proteção a tropas; operações ofensivas para destruir ou capturar o inimigo, e defensivas destinadas a retardar o inimigo ou a defender uma posição; para isso suas unidades fazem uso de veículos mecanizados, ainda que cavalos possam ser empregados em operações complementares (patrulhamento, controle de populações, entre outras);³

b) infantaria: realizar ações ofensivas tendo como objetivo destruir ou capturar o inimigo, e defensivas com a finalidade de manter o terreno, repelir ou destruir o adversário; os infantas são preparados essencialmente para combater a pé, embora possam fazer uso de variados meios de transporte em suas operações;

c) artilharia: apoiar as ações da infantaria e da cavalaria, destruindo ou neutralizando, com seus fogos, alvos (instalações, equipamentos ou tropas) que ameacem o êxito de uma operação; para isso, suas unidades operam canhões, obuses, foguetes ou mísseis;

d) engenharia: apoiar as operações da infantaria e da cavalaria, facilitando o deslocamento das tropas amigas ou dificultando o movimento das forças inimigas; suas unidades dispõem de diversos equipamentos que possibilitam a realização de trabalhos de

² Para conhecer as especificidades de todos os tipos de tropas do Exército Brasileiro, consultar: EXÉRCITO BRASILEIRO. Armas, quadros e serviços. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/armas-quadros-e-servicos>>. Acesso em 12 jan. 2013.

³ Alguns exércitos, como o da Alemanha e de Israel, denominam esse tipo de tropa como força blindada ou mecanizada. Para aprofundar conhecimentos relativos à Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro, consultar: BRASIL. Ministério da Defesa. C 2-1: emprego da cavalaria. 2. ed. Brasília: EGGCF, 1999. Disponível em <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/produtos-doutrinarios/manuais1/parte-1/cavalaria>>. Acesso em 12 jan. 2013.

reparação ou interdição de estradas, montagem ou demolição de pontes, e construção ou destruição de obstáculos;

e) logística: realizar atividades relacionadas ao suprimento, manutenção e transporte, entre outras, como o fornecimento de uniformes, reparo de viaturas e deslocamento de tropas.

Nos principais exércitos, normalmente os quatro primeiros tipos de tropas são chamados de “armas”, e as diversas subdivisões do último como “serviços”, “quadros”, entre outras designações. Em relação às armas, a infantaria e a cavalaria são consideradas “armas base”, pois lhes cabe atuar diretamente contra o inimigo (“frente a frente”); enquanto a artilharia e engenharia são consideradas “armas de apoio”, pois empregam seus meios para auxiliar as “armas base”.

Convencionalmente, em uma situação de combate, a cavalaria, devido a sua maior mobilidade, seguiria à frente, nos flancos ou à retaguarda das demais tropas; isso para realizar missões de reconhecimento (basicamente obter informações sobre o terreno e o inimigo) e segurança (evitar, por exemplo, emboscadas à tropa que avança). Localizado o inimigo (normalmente pela cavalaria), seriam lançados sobre ele fogos de artilharia. Desgastado o inimigo pelos fogos da artilharia, seria empregada a infantaria para tomar a posição por ele ocupada (a cavalaria poderia também ser utilizada em tal ação). Caso o inimigo empreenda retirada, voltaria a ser utilizada a cavalaria, novamente devido a sua mobilidade, para persegui-lo tendo em vista destruí-lo por completo. Em meio a tudo isso, a engenharia poderia ser incumbida de montar pontes e abrir estradas, enquanto as unidades de logística dariam os suportes materiais cabíveis (fornecimento de combustível, de munição, entre outras atividades de apoio).⁴

Há de se observar que as missões, as características e o emprego em combate desses tipos de tropas pouco mudaram ao longo da história. Essencialmente o que se modificou foram os equipamentos e armamentos por elas utilizados, que sofreram avanços tecnológicos.

⁴ Para aprofundar conhecimentos relativos ao emprego em combate das armas, quadros e serviços do Exército Brasileiro, consultar: BRASIL. Ministério do Exército. **C 100-5**: operações. 3. ed. Brasília: EGGCF, 1997. Disponível em <<http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/produtos-doutrinarios/manuais1/parte-1/doutrina-geral>>. Acesso em 12 jan. 2013.

Em relação à substituição de armamentos e equipamentos, na cavalaria ocorreu a mudança mais radical, pois o cavalo, seu principal instrumento de combate por séculos, foi substituído por veículos mecanizados. As outras armas e os segmentos relacionados à logística sentiram menos os reflexos dos avanços tecnológicos. Os infantes e os artilheiros basicamente tiveram os seus armamentos básicos, o fuzil e o canhão, aperfeiçoados; os engenheiros e os militares de logística apenas receberam materiais e equipamentos de melhor qualidade que facilitaram seus trabalhos.

A obsolescência do cavalo tornou-se evidente na I Guerra Mundial (1914-1918). Iniciados os combates, os comandantes militares perceberam que o emprego das tropas a cavalo nas linhas de frente era inviável em face dos armamentos e processos de combate em voga. Tropas montadas quando atacavam se viam barradas por fortificações de campanha (cercas de arame farpado, obstáculos de concreto e trincheiras) e eram facilmente abatidas por canhões, metralhadoras e fuzis. Um só soldado, com uma metralhadora, era capaz de causar muitos danos a uma tropa de cavalarianos.

Para o General alemão Heinz Guderian (1888-1954), a cavalaria na I Guerra Mundial “limitou-se a levar mensagens e executar reconhecimentos de curto alcance, na estrutura de comando das divisões de infantaria. Por outro lado, os cavalarianos foram reduzidos a uma infantaria montada e seriam tratados como tal”. (GUDERIAN, 2009:158).

Ainda durante a I Guerra Mundial, foram utilizados veículos mecanizados blindados, dos quais se destacaram em batalhas os carros de combate (*tanks*) Mark IV, da Grã-Bretanha, e Renault F1, da França. Esperava-se que os novos engenhos rompessem as posições inimigas favorecendo a progressão das tropas que atacavam. Eles não atenderam a todas as expectativas, principalmente por apresentarem problemas mecânicos e por terem pouca autonomia, mas demonstraram grande potencialidade. Além dos carros de combate, aviões foram empregados. Alguns deles para executar missões típicas da cavalaria, como reconhecimento.

A inaptidão da cavalaria em face dos processos de combate típicos da guerra de trincheira, o uso de carros de combate e o emprego de aviões trouxeram preocupações aos cavalarianos, pois desprestigiavam sua arma. No Brasil, o que se passava nos campos de

batalha europeus não ficava despercebido, conforme se constata nas palavras do Tenente de Cavalaria Renato Paquet:

Baseados no que ouvem contar ou nos telegrammas dos jornaes, e sem a necessária perspicacia e intuição para tirarem as ilações imprescindíveis a quem crítica, decretaram a fallencia da cavallaria, em vista da guerra de trincheira e do emprego dos aviões no serviço de exploração. [...] Terá pois a cavallaria na proxima guerra a sua acção cerceada como na actual? Reproduzir-se-á futuramente a causa que hoje difficulta seu emprego? Acreditamos que não. [...] querem esses inimigos rancorosos eliminal-a do Exército. Piedade senhores! Que mal lhes fez a pobresinha. (PAQUET, 1917: 382-383).

No período entreguerras ocorreram intensos debates entre militares que desejavam manter a cavalaria hipomóvel, e outros que queriam substituí-la por forças mecanizadas.

O historiador inglês Basil Henry Liddell Hart descreve entrevista que fez com o General Wilhelm Ritter von Thoma (1891-1948), um dos artífices principais da mecanização do Exército Alemão no Período Entreguerras, que assim comenta sobre as dificuldades em se romper antigos paradigmas:

Pode causar-lhe surpresa ouvir que o desenvolvimento das forças blindadas encontrou muita resistência de parte dos generais da cúpula do Exército alemão, como aconteceu em seu país. Os mais velhos temiam o rápido desenvolvimento dessas forças, porque desconheciam a técnica de emprego de blindados e não se sentiam à vontade com esses novos engenhos. (LIDDEL HART, 1980:16).

Guderian também destaca a resistência de cavalarianos à mecanização ao relatar os resultados da primeira manobra do Exército Alemão que envolveu carros de combate, ocorrida em 1932:

durante aquelas manobras, as possibilidades operacionais de unidades motorizadas e blindadas foram experimentadas na prática. Houve muita crítica sem objetividade por parte da Cavalaria, mas nosso sucesso foi tão indiscutível que pouca atenção se dispensou à petulância dos cavalarianos. Na verdade, muitos dos jovens oficiais daquela arma – justamente aquêles que viam mais longe – começaram a mostrar profundo interesse pelos progressos dos blindados, e muitos dêles bandearam-se para o nosso lado. (GUDERIAN, 2009:18).

Os resultados das discussões levaram à mecanização dos principais exércitos mundiais, como o britânico, o norte-americano e o alemão, processo acelerado pela eclosão da II Guerra Mundial. Em alguns países, como os Estados Unidos, algumas das antigas unidades de cavalaria como a *1st Cavalry Division* mantiveram a denominação tradicional, mas na realidade passaram a comportar tropas que executavam missões de infantaria. Não obstante, nas forças terrestres de países menos desenvolvidos economicamente, como os da América Latina, se mantiveram unidades hipomóveis após a grande guerra de 1939-1945.

No Brasil, a primeira tentativa de mecanização ocorreu em 1921, quando foi criada a Companhia de Carros de Assalto, constituída por 11 carros de combate Renault FT-17, adquiridos da França. Sediada na cidade do Rio de Janeiro, era considerada uma unidade independente, vinculada diretamente ao comandante da 1ª Divisão de Infantaria. Um dos grandes defensores de sua criação foi José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque, Oficial de Cavalaria, que havia estagiado na Escola Militar de Saint-Cyr e comandado um pelotão de carros de combate do Exército Francês, durante a I Guerra Mundial. Adepto da modernização, ele se esforçou para convencer seus superiores de que o Exército Brasileiro necessitava constituir uma força mecanizada blindada, em consonância com o que ocorria nos principais exércitos mundiais.

Todavia, a iniciativa de José Pessôa em mecanizar o Exército não prosperou e a Companhia de Carros de Assalto acabou extinta em 1932. O Coronel Hiram de Freitas cita comentário do General Umberto Peregrino Seabra Fagundes ao tratar desse caso: “o esforço do então Capitão José Pessôa não teve continuidade, senão por pequeno período. O preconceito contra a mecanização retardou de alguns anos medidas que viriam no final da década de 30”. (CÂMARA, 1985: 38).

As medidas que o General Umberto Peregrino relata estão relacionadas à criação, em 1938, do Esquadrão de Auto-Metralhadoras, composto por 23 carros Fiat Ansaldo CV3/35 II, adquiridos na Itália, e por cinco carros de combate Renault FT-17, da extinta Companhia de Carros de Assalto. O pesquisador de assuntos militares Expedito Carlos Sthefani Bastos descreve como foi o processo de criação dessa unidade:

o Capitão Carlos Flores de Paiva Chaves, outro cavalariano [...] esteve à frente da nova tentativa de implantação de blindados em nosso país. [...] o governo decidiu substituir os Renault FT-17, já obsoletos, por modernos carros de combate Fiat-Ansaldo CV3/35 II, que operavam com relativo sucesso nos terrenos montanhosos em que se desenvolvia a Guerra Civil Espanhola e nas terras áridas da Etiópia. Foram adquiridas 23 viaturas. [...] Foram oficialmente apresentadas às autoridades brasileiras na parada de 7 de setembro de 1938 [...] (BASTOS, 2011:93-94).

Deflagrada a II Guerra Mundial, o sucesso da tática alemã *Blitzkrieg*, que tinha como base unidades mecanizadas blindadas, e as grandes batalhas de carros de combate, como as de El Alamein (1942) e do Kursk (1943), demonstraram plenamente todo o poderio das forças mecanizadas. Por outro lado, episódios como os fragorosos fracassos da cavalaria hipomóvel polonesa em operações contra unidades mecanizadas alemãs (1939) confirmavam a obsolescência das tropas montadas.

No Brasil, na primeira metade da década de 1940, o esforço de modernização se acentuou, em reflexo do conflito mundial que se desenrolava. Foram criadas diversas unidades mecanizadas, entre as quais o 2º Regimento Moto-Mecanizado e os 1º, 2º 3º Batalhões de Carros de Combate. As novas unidades receberam modernos veículos provenientes dos Estados Unidos, dos quais se destacavam os carros de combate *M3A1 Stuart* e *M-4 Sherman*.

Não obstante, a Cavalaria brasileira continuava predominantemente hipomóvel e assim muitos oficiais queriam que continuasse. Para isso, buscavam expor pontos de vista contrários à mecanização em meios de comunicação como a revista *A Defesa Nacional*, que tinha grande circulação entre os militares.

Os argumentos dos oficiais que desejavam a manutenção das forças hipomóveis eram variados. A seguir, serão destacados alguns.

O Coronel J. B. Magalhães destacava que a falta de industrialização impedia o Brasil de ter uma força armada totalmente mecanizada:

Os Países ricos de industria poderosa fazem sua estratégia e sua tática, calcados no seu poder da máquina e tratam do resto subsidiariamente [...]. Os países de indústria pobre têm logicamente de inverter o problema.[...] E aí residem os ensinamentos que mais atenção nos devem merecer, pois, cavalo e forragem, armamentos e equipamentos de infantaria e de cavalaria, podemos criar, plantar e fabricar em abundância, enquanto em relação aos outros seremos sempre forçados

a importar. A base de nossa força – a larga base – é uma capacíssima infantaria bem combinada com uma capacíssima cavalaria a cavalo, auxiliadas, sem dúvida, por alguns elementos moto-mecanizados, um mínimo de artilharia, etc. (MAGALHÃES, 2009:639).

Para o Major Jayme Ribeiro da Graça, a necessidade de se importar equipamentos militares (inclusive carros de combate), a baixa produtividade de petróleo e a falta de especialistas necessários às forças mecanizadas (motoristas, mecânicos, eletricitas, entre outros) não recomendavam à mecanização da cavalaria brasileira: “as nações que **importam material de guerra, petróleo** e que não **têm especialistas** em número suficiente só possuem uma única diretriz: **seguir o caminho da guerra sobre dôrso animal**”. (GRAÇA, 1946:94).

O Major Ivano Gomes, levando em conta as forças bélicas dos países sul-americanos, destacava que elas não teriam condições de travar combates semelhantes aos ocorridos na II Guerra Mundial, com intenso uso de tropas mecanizadas; em consequência devia-se manter as unidade hipomóveis:

Na América do Sul, ainda, por muitos anos, parece, não se poderá pensar em “guerra relampago” e em “paraquedistas”; teremos sim, e tão somente, a guerra de movimento”, aquela praticada na Europa durante o período 914-918. Quem diz “guerra relâmpago”, subentende, particularmente, a) Uma rede de comunicações terrestre ótima e densa; b) uma indústria adiantada e autárquica; c) carburantes em abundância; radiotelegrafia generalizada. [...] Parece, pois, não podemos pensar, tão cedo, nessas trivialidades européias. (GOMES, 1942:343-344).

O Major Arold Ramos de Castro buscou salientar o papel das forças hipomóveis na II Guerra Mundial, particularmente em combates na União Soviética. Para isso destacou comentário do Marechal Kliment Vorochilov (1881-1969):

Das opiniões de destacados chefes militares russos, quanto ao emprêgo da Cavalaria transcrevo as seguintes palavras do Marechal Voroshilov: “A Cavalaria durante a guerra contra os nazistas manteve-se em alto conceito, apresentando-se como modelo de organização e instrução tática. Nossos combatentes de Cavalaria souberam combinar habilmente sua instrução especializada de cavaleiro com os meios mecanizados de luta”. Finalizando poderemos concluir dizendo: 1) - A Cavalaria longe de desaparecer com a moto-mecanização dos exércitos, dada a sua moderna organização, continuará a ter uma função importantíssima, perfeitamente adaptável ao cenário dos atuais campos de batalha. 2) - Em virtude da sua mobilidade e armamento é forte na defesa e no ataque. (CASTRO, 1947:82).

O Tenente-Coronel Descartes Cunha considerava que a cavalaria hipomóvel continuaria a desempenhar um papel relevante em “um país como o Brasil, deficiente em rodovias e de extensas zonas fronteiriças no sul, com largos horizontes.” (CUNHA, 1948:9-10).

Destarte tais opiniões certamente influenciaram o processo de mecanização da Cavalaria brasileira, que só foi efetivamente implementado na década de 1970. Mas o que estaria motivando tamanha resistência de parte da oficialidade à possibilidade de modernização dos meios da Cavalaria? O General Gélio Fregapani, mais recentemente, em 2008, ao tratar de reformas no Exército, aponta que a **tradição** teve peso importante na manutenção da cavalaria hipomóvel:

*A História está cheia de exemplos de derrotas de bons exércitos que pararam no tempo. Durante uma guerra, os exércitos evoluem se ainda tiverem oportunidade, mas a deusa da vitória só sorri para quem, se antecipando, soube quando, por que e como mudar [...] é objetivo: adequar a organização para aproveitar ao máximo as inovações tecnológicas [...]. A aceitação cega da **tradição** faz com que, muitas vezes, os militares não percebam que a situação mudou. Um exemplo disto foi a **lenta morte da cavalaria hipomóvel, muito depois de sua obsolescência no campo de batalha**”. (FREGAPANI, 2008).*

Forjada durante séculos, a tradição da cavalaria era bastante valorizada e considerada imprescindível por muitos militares em meados do século XX, como se percebe nas palavras do Major Luiz Felipe de Azambuja:

*Ser de Cavalaria é ter vocação para a busca do infinito e familiaridade com os influxos do eterno. Pela Glória, o cavalariano peleja, se supera e se sacrifica até chegar, pelo menos, às vizinhanças do infinito. **Pela Tradição** ele se molda, se robustece, age e reage, sob **inspiração da perpetuidade, que é o fundamento existencial da arma**. (AZAMBUJA, 1954:263).*

Ao se verificar os elementos que compunham a tradição da Cavalaria hipomóvel na década de 1940, verifica-se que a maioria deles estava relacionada ao uso do cavalo como instrumento de guerra. Desta forma, a substituição do cavalo por engenhos mecânicos, como carros de combate, poderia torná-la sem sentido.

Entre os principais elementos que compunham a tradição da Cavalaria brasileira em meados do século XX, pode-se citar os seguintes: a suposta nobreza e o espírito característico

da Arma; o culto a patrono e padroeiros específicos; a prática de rituais exclusivos; hábitos relacionados ao contato diário do cavalariano com sua montaria; e canções e poemas que expressavam valores da cavalaria.

Dada a impossibilidade de se tratar de todos os componentes da tradição da Cavalaria no presente trabalho, será aprofundado o estudo de somente um deles: **a ideia de que a Cavalaria era uma Arma nobre**, fator que a diferenciaria das demais. O Cadete Edmundo Montedonio Rego, ao redigir uma imaginária mensagem que a Arma de Cavalaria estaria endereçando aos cavalarianos, levava em conta tal premissa.

*Ser cavalariano é empregar o vigor que conduzes nos musculos pujantes ó logica de teu cerebro acostumado a raciocinar, na ação apaixonada e sempre constante de engrandecer o nosso querido Brasil!... Enfim, sou aquela que possui a mais vasta capacidade de movimento, que nada teme, pela força de sua audacia, e tudo arrasa, pela força de sua investida!... Cavalariano. Sentido!... **Sou a tua nobre Arma de Cavalaria!...** (REGO, 1937:50).*

Em se considerando a Cavalaria uma arma nobre, consequentemente pensariam os cavalarianos estarem também revestidos de nobreza. Isso se percebe em comunicação do Cadete Bastos Moreira a seus pares:

***Representante de uma nobre estirpe** que se atira à batalha em louca e trepidante galopada, à qual todos davam passagem, para se chocar – impacto violento – com uma selva de lanças, sabres, ferros, a morte ou a vitória, **conserva o cadete de CAVALARIA**, seu amor aos lances perigosos. (MOREIRA, 1970:64).*

Todavia, que argumentos respaldariam a declarada nobreza da cavalaria e dos cavalarianos? Um trecho de poema escrito pelo Capitão Renato Sérgio Nogueira de Oliveira contém algumas indicações:

*Só tinha em seu bôjo [a cavalaria]
O valente e o audaz
De espírito forte
Vontade indomável.
O mesquinho e o torpe
Não tiveram lugar
Na **hoste dos nobres**.
Empanar-lhes o brilho
Por vezes tentaram.
Consegú-lo jamais. (OLIVEIRA, 1967:53).*

A expressão “hoste dos nobres” traz à lembrança a Europa Feudal. Na Península Ibérica, nos tempos do rei Afonso X, de Leão e Castela (1221-1284), denominava-se hostes ao conjunto de tropas comandadas pelo próprio rei, de numerosos efetivos. Tais tropas eram preferencialmente constituídas por forças de cavalaria pesada, compostas exclusivamente por nobres, a quem, de acordo com ordem social do Medieval, cabia o dever de combater.

Segundo Marc Bloch:

*O nobre combatia a cavalo; ou, pelo menos, se por acaso durante a acção tinha que pôr o pé em terra, só se deslocava montado. Além disso, **combatia com o equipamento integral**. Ofensivo: lança e espada, algumas vezes clava. Defensivo: o elmo, que protegia a cabeça; depois, cobrindo o corpo, uma cota metálica, toda ou só em parte; no braço, finalmente, o escudo, triangular ou redondo. Não era apenas o cavalo que, propriamente falando, fazia o cavaleiro. Não dispensava, também, o seu mais humilde companheiro, o escudeiro, encarregado de cuidar dos animais e de conduzir, durante o caminho, as montadas sobressalentes. Algumas vezes, até, os exércitos incluíam, ao lado da pesada cavalaria, outros cavaleiros mais levemente equipados, geralmente chamados “sergents”. O que caracterizava a classe mais elevada dos combatentes era a união do cavalo e do armamento completo. (BLOCH, 1998:322).*

Não obstante, em um primeiro momento, estabelecer similaridades entre as hostes medievais e Cavalaria do Exército Brasileiro de meados do século XX pareceria algo temerário, haja vista os diferentes contextos sociais que as separam. Para exemplificar, no Brasil, a nobreza oficialmente deixara de existir com a Proclamação da República e as tropas de Cavalaria eram compostas por soldados de diferentes estratos sociais desde os tempos coloniais,⁵ o que, evidente, estava em desacordo com a Ordem Feudal.

Recorre-se, então, a outro trecho do poema do Capitão Renato de Oliveira para se entender como se buscava fazer a ligação entre o medieval e a contemporaneidade:

⁵ Nelson Werneck Sodré cita que as tropas de cavalaria, no Rio Grande do Sul, no século XVIII, eram arregimentadas na peonada que lidava com o gado (SODRÉ, 1965:56). J. B. MAGALHÃES faz referência a Varnhagen, que faz menção de que no século XVII, no Brasil, os colonos mais ricos e nobres faziam parte da cavalaria. (MAGALHÃES, 1998: 133).

*Brilha ainda e mais forte,
E após si inda está,
O mesmo espírito.
Se o nobre de sangue
Em forma não está,
Há um seu herdeiro
Co'a mesma elegância,
O mesmo caráter,
Igual lealdade
E arrojo indomável,
Que em horas de festa
Empunha altaneira
A lança guerreira
De seus ancestrais. (OLIVEIRA, 1967:53).*

Nota-se que para militares, como o autor do poema, o que ligaria os cavalarianos medievais aos brasileiros de meados do século XX não eram laços consanguíneos, mas a existência em seus caracteres de determinados atributos como elegância, lealdade e arrojo. Dessa forma, ficaria caracterizada a nobreza da Cavalaria e dos cavalarianos brasileiros, tidos como verdadeiramente herdeiros de seus congêneres feudais.

Além de anseios relacionados à preservação da tradição, outros ligados à ocupação de determinados cargos especializados no Exército poderiam estar também ensejando reações contrárias à mecanização da Cavalaria. Com a substituição do cavalo por engenhos mecanizados, por exemplo, os veterinários seriam substituídos por mecânicos. Isso os preocupava, conforme se verifica nas palavras do Stoessel Guimarães Alves, Diretor de Veterinária.

Tem-se dito – na maioria das vezes sem perfeito conhecimento de causa ou por má apresentação conceptual - que o Serviço de Veterinária há de ser reduzido ou extinto pôr força do desaparecimento das nossas Unidades Hipomóveis. Na realidade, a idéia que o Serviço de Veterinária existe somente em função do Cavalo [...] esta hoje inteiramente superada pelo desenvolvimento de suas atividades em outros setores , tão importantes como aquêle. (ALVES, 1969:19).

Também muitos generais em cargos de comando de forças hipomóveis tenderiam a preocupar-se com a perda de seus cargos, pois não estariam habilitados a liderar forças mecanizadas. De acordo com comentário do Capitão Obino Lacerda Alvarez:

[...] o velho cavalariano, apegado as tradições de sua Arma, mal servido pelos conhecimentos sobre blindados e motorizados, arremete-se contra a mecanização, com argumentos pueris, no desejo insensato de ignorar a evolução que a mecânica moderna impôs ao desenvolvimento dos exércitos. (ALVAREZ, 1948:95).

Além disso, havia o temor de que a própria Arma de Cavalaria fosse extinta, conforme ocorrera no Exército Alemão, que a substituiu por forças mecanizadas. Isso se depreende das palavras do Capitão Tasso de Aquino:

Veze sem conta tenho ouvido, e estou certo de que os meus companheiros de arma também, que “a Cavalaria é uma arma do passado”. O estranho é que essa afirmação não parte de civís, o maior das vezes, mas de militares, quase sempre do Exército. [...] ela é entretanto absurda.[...] Que necessidade determinam a existência da Cavalaria? A de ser o Comando constante e seguramente informado sobre o inimigo; a de possuir ele uma reserva movel de maneira a poder rapidamente ser lançada para o flanco ameaçado, ou para tapar uma brécha aberta no dispositivo durante o combate; a de explorar, quanto antes, o êxito conseguido, de forma a não dar ao inimigo oportunidade de se organizar e oferecer nova séria resistência. Quem poderá cumprir essas missões?(AQUINO, 1945:682).

A constituição de uma divisão blindada brasileira, iniciada durante a II Guerra Mundial e finalizada na década de 1950, indicava que isso poderia acontecer.

Em que pesem argumentos contrários, a mecanização era inexorável, como apontava o emprego de exércitos em conflitos ocorridos ao longo das décadas de 1950 e 1960 (guerras da Coréia e do Vietnã, entre outros). Paralelamente, o Brasil passava por importante desenvolvimento econômico, o que colocava em descrédito muitos dos argumentos utilizados pelos defensores das forças hipomóveis, relacionados à falta de recursos do país em possuir uma força totalmente mecanizada.

No final da década de 1960, O Major César M. da Rocha, expressava pensamento, segundo ele corrente, de que a cavalaria hipomóvel não tinha mais lugar no Exército:

A remonta é difícil, onerosa, o equipamento e o armamento estão obsoletos. Devido a certas deficiências os exercícios são de pequeno alcance, a instrução cai na rotina. Com a progressiva motorização da infantaria e das armas de apoio, perde a Hipo a possibilidade de atuar em proveito do conjunto, tendendo a ser relegada a emprêgo secundário em regiões – já muito poucas – onde a faixa de asfalto ainda não chegou. No consenso geral já devia ter sido extinta, juntamente com outra parte de uma Arma de apoio, embora surjam defensores, particularmente dentro da Arma, de que é a única capaz, por suas características, criar no soldado o espírito agressivo, o hábito de decidir com rapidez, enfim o decidir com presteza e eficiência. (ROCHA, 1968:89).

Em decorrência disso, alguns cavalarianos, dispostos a preservar a sua Arma e suas tradições, passaram a veicular que o vocábulo do sânscrito AKVA, que, segundo eles, teria dado origem à palavra cavalaria, dá a ideia de se combater em cima de alguma coisa, em uma posição elevada, para se obter vantagens sobre os circundantes. Por conseguinte, o uso do veículo mecanizado em substituição ao cavalo seria somente uma evolução dos meios de combate. Dessa forma, a Cavalaria não precisaria ser extinta e poderia manter suas tradições; a única diferença era que ela deixaria de ser hipomóvel e passaria a ser mecanizada.⁶

Destarte, o Major José Fragomeni asseverava:

A cavalaria foi, a princípio, uma forma especial de combater, caracterizada por uma Potência de posição e uma mobilidade maior do que as massas de combatentes a pé. Essa forma particular de combater ficou assinalada na língua sânscrita pelo radical “Akva”. [...] “Cavalo” na forma e na idéia é pois um instrumento de combate e que, a rigor, tanto pode ser um equino, uma plataforma, um carro de guerra, um elefante, como um caminhão, um carro de combate ou um avião. “Cavalaria” [...] significa uma forma especial de combater. Não traduz, em absoluto, qualquer relação intrínseca com a espécie equina, o que torna perfeitamente justificável dizer-se: Cavalaria Hipomóvel” - “Cavalaria Motorizada” - “Cavalaria Moto-Mecanizada” - “Cavalaria Blindada”. (FRAGOMENI, 1968:89).

Passa-se então a inculcar na mentalidade dos cavalarianos a concepção da evolução de seus meios, ou seja, que do cavalo se passaria para o blindado, e deste se chegaria ao helicóptero. Uma frase torna-se comum e persiste até os dias atuais: a de que “haverá sempre uma Cavalaria”.

O pensamento de que a cavalaria jamais deixaria de existir e de que ela somente passava por um salutar processo de evolução tornou mais fácil convencer cavalarianos

⁶ Vários autores, em diversas publicações, fazem referência ao significado do vocábulo AKVA, porém nenhum cita a fonte da qual extraiu tal informação. O autor deste artigo consultou o Sanscrit-English Dictionary (disponível http://www.ibiblio.org/sripedia/ebooks/mw/0000/mw__0001.html> Acesso em: 01 Mai. 2012) e diversos outros *on-line* na WEB, mas não encontrou o vocábulo em questão. No spokensanskrit Dictionary (Disponível <http://spokensanskrit.de/>> Acesso em: 01 Mai. 2012) aparecem cinco significados ao se traduzir *Cavalry* para o sânscrito: *azvisenA*, *azvAnIka*, *azvAdhika*, *jayana* e *caturaGgin*.

recalcitrantes a aceitarem a mecanização. Liddell Hart (1954, 265), ao tratar sobre a aceitação de novas ideias por integrantes de forças armadas, corrobora esse pensamento:

Recordando-se as fases através das quais várias idéias atuais conseguiram aceitação, pode-se ver que o processo foi facilitado quando elas puderam ser apresentadas não como algo radicalmente novo, mas como revivescência, em tempos modernos, de alguma prática ou princípio tradicional que haviam sido esquecidos. Isso não exigiu simulação, mas habilidade no estabelecimento da conexão – visto “não haver nada de novo sob o sol”. Exemplo notável foi o modo como se reduziu a oposição à mecanização mostrando-se que o veículo automóvel blindado - o carro de combate de movimentos rápidos – era fundamentalmente o herdeiro do cavaleiro encouraçado e, assim, o meio natural de reviver o papel decisivo que a Cavalaria havia desempenhado em outras eras. (LIDDELL HART, 1982:21-22).

A partir do final da década de 1960 houve uma reestruturação no Exército e a maioria das unidades de cavalaria hipomóveis foi mecanizada. No entanto, consoante a ideia do vocábulo AKVA elas não perderam a designação “cavalaria”. Assim, por exemplo, o 14º Regimento de Cavalaria passou a ser chamar 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado. A Divisão Blindada acabou extinta e transformada em uma brigada de cavalaria blindada.

Além disso, os entusiastas do uso do cavalo influenciaram para que três regimentos de guardas continuassem hipomóveis e que em algumas escolas militares fossem ministradas instruções de equitação. Isso satisfazia militares como o Major Alexandre M. C. Amêndola, que sugeria se “manter ao lado das unidades mecanizadas um pequeno número de unidades hipomóveis, capazes de conservar intacto o espírito da arma e sua tradição”. (AMÊNDOLA, 1960:143).

Assim, percebe-se que os cavalarianos brasileiros resistiram em substituir o cavalo por veículos mecanizados, em grande parte motivados por razões ligadas à tradição. Todavia, ao contrário dos samurais, eles se adaptaram as ingerências tecnológicas, o que foi facilitado pela interpretação semântica do vocábulo AKVA, por eles apregoada.

REFERÊNCIAS

ABRANSON, Erik. **A vida de um legionário na formação do Império Romano**. São Paulo: Verbo, 1978.

ÁLVARES, Obino Lacerda. Cavalaria x mecanização. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 411, p. 95, ago. 1948.

ALVES, Stoessel Guimarães. O futuro do Serviço de Veterinária do Exército. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 624, p. 19, mar./abr. 1969.

AMÊNDOLA, Alexandre M. C. Em torno de uma reorganização do exército. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 556, p. 135-145, nov. 1960.

AQUINO, Tasso. Por que Cavalaria? **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 372, p. 682, mai. 1945.

AZAMBUJA, Luiz Felipe de. **Revista Agulhas Negras**, Resende, p. 263, 1954.

BASTOS, Expedito Carlos Sthefani. **Blindados no Brasil: um longo e árduo aprendizado**. Bauru: Taller, 2011.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1998. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/21257162/Marc-bloch-a-sociedade-feudal>>. Acesso em 22 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **C 2-1: emprego da cavalaria**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 1999.

BRASIL. Ministério do Exército. **C 100-5: operações**. 3. ed. Brasília: EGGCF, 1997.

CÂMARA, Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CASTRO, Arold de Ramos. Introdução ao Curso de Cavalaria. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 397, p. 82, jun. 1947.

CUNHA, Descartes. Cavalaria, sempre cavalaria. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 404, p. 9-10, jul./Ago. 1948.

FRAGOMENI, José. O que é Cavalaria. **Revista Agulhas Negras**, Resende, n. 1, p. 265, 1954.

FREGAPANI, Gélvio Augusto Barbosa. O Exército que temos e o Exército que precisamos. **Pantanal News**, Corumbá, 15 Set. 2008. Disponível em <<http://www.pantanalnews.com.br/contents.php?CID=3213>> Acesso em: 12 Jan. 2012.

GOMES, Ivano. Revisão da Doutrina de Guerra. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 340, p. 343-344, set. 1942.

GRAÇA, Jayme Ribeiro da. **Reflexões sôbre a guerra moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1946.

GUDERIAN, Heinz. **Achtung panzer!** O desenvolvimento de forças blindadas, suas táticas e poder operacional (1914-1937). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

LIDDELL HART, Basil Henry. **O outro lado da colina**: ascensão e queda dos generais alemães, com seus depoimentos acerca dos acontecimentos militares de 1939-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____. **As grandes guerras da história**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1982.

MAGALHÃES, J. B.. A cavalaria moderna na frente oriental. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 354, p. 639, nov. 1943.

_____. **A evolução militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MOREIRA, Bastos. A formação do oficial da arma. **Revista Agulhas Negras**, Resende, p. 64, 1970.

PAQUET, Renato. A cavallaria e seus detractores. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 382-383, ago. 1917.

OLIVEIRA, Renato Sérgio Nogueira de. Cavalaria. **Revista Agulhas Negras**. Resende, p. 53, 1967.

REGO, Edmundo Montedonio. Cadete de Cavallaria, Sentido!... **Revista da Escola Militar**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 50, 1937.

ROCHA, César Marques da. Considerações sôbre a Cavalaria do Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 620, p. 89, jul./ago. 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1965.